

II Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
(V Seminário de Iniciação Científica e II Seminário da Pós-Graduação)

**Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos:**  
uma proposta de investigação a partir da análise interna do romance *Úrsula* (1859)  
de Maria Firmina dos Reis

Rafael Balseiro Zin  
(rafaelbzin@hotmail.com)

São Paulo  
04 a 08 de novembro de 2013

## **Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos:**

uma proposta de investigação a partir da análise interna do romance *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis

Rafael Balseiro Zin<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por intuito apresentar uma proposta de investigação sobre *Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos*, tomando como objeto de estudo as contribuições da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917) ao pensamento social brasileiro do período, a partir de uma análise interna do romance *Úrsula*, publicado, originalmente, em 1859, mas levando em consideração, também, o conjunto de sua obra. Importa, aqui, recuperar a experiência da autora, buscando alcançar criticamente os sentidos que deu à sua vida e à causa abolicionista em vigência naqueles tempos. Um trabalho dessa natureza, por conseguinte, possibilita um deslocamento da obra literária para uma pesquisa em ciências sociais, mais especificamente numa perspectiva interdisciplinar, dialogando os estudos literários com os estudos de pensamento social brasileiro. Dessa maneira, este trabalho pode ser enquadrado no universo de investigações da Sociologia da Cultura, mais especificamente na linha de pesquisa sobre *Cultura, simbolização e representações sociais*. Sob esse olhar, a literatura ganha relevância como um objeto privilegiado de problematização, capaz de atravessar o tempo e oferecer ao pesquisador pistas significativas do cotidiano vivido da autora, que sintetizam questões sociais e individuais, e que insinuam, sobremaneira, as formas como aqueles sujeitos viviam em conjunto, e também a maneira como experienciavam o mundo, possibilitando, inclusive, um deslocamento à realidade brasileira contemporânea.

**Palavras-chave:** Literatura; afrodescendência; Brasil; Século XIX; Maria Firmina dos Reis.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Sociologia e Política (2012), formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e atualmente é estudante no curso de especialização em *Estudos Brasileiros: sociedade, educação e cultura*, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Contato: rafaelbzin@hotmail.com.

## 1. Apresentação

Nascida em 11 de outubro de 1825, na ilha de São Luís, capital da então província do Maranhão, Maria Firmina dos Reis, menina negra e bastarda, foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Vivendo sob condições de segregação racial e social latentes, aos cinco anos teve que se mudar para a vila de São José de Guimarães, no município de Viamão, situado no continente e separado da capital pela baía de São Marcos (DUARTE, 2004, p. 263). Distanciada das efemérides políticas típicas de uma capital no Império, a acolhida que teve na casa de uma tia materna foi fundamental para a sua primeira formação (MOTT, 1988), além do apoio que teve de um primo por parte de mãe, o escritor e gramático Francisco Sotero dos Reis, a quem deve sua cultura, como afirma em diversos poemas (LOBO, 1993). Já adulta, aos vinte e dois anos, Firmina é aprovada em um concurso público para a *Cadeira de Instrução Primária* na cidade maranhense de Guimarães, função que ocuparia até o início de 1880, ano em que se aposenta e em que funda, aos cinquenta e cinco anos, a primeira escola mista e gratuita do Estado, retornando, assim, à sala de aula (MORAIS FILHO, 1975). É, portanto, algo pouco factível para as mentalidades da época e que evidencia o fato de ser uma educadora consciente do seu papel de mulher, com responsabilidades históricas, e com um pensamento adiantado para o seu tempo.

Do ponto de vista da produção intelectual, Maria Firmina não deixa a desejar. A primeira obra que se tem notícia, *Úrsula*, publicada, em 1859, sob o pseudônimo “Uma Maranhense...”, aborda o tema da escravidão a partir do entendimento do negro, perspectiva essa que também nortearia outros trabalhos (DUARTE, 2005). É interessante observar que, numa época em que as mulheres viviam submetidas a um sem-número de limitações e preconceitos, a ausência do nome, somada à indicação da autoria feminina, aliam-se ao tratamento “absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro” (DUARTE, 2004, p. 265). Assim, em 11 de agosto de 1860, o jornal *A Moderação* trazia em sua edição a seguinte notícia:

ÚRSULA: Acha-se à venda na Typographia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e, com mais vagar, emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana.

Antes de problematizar em profundidade as características presentes em *Úrsula*, no entanto, é preciso elucidar que, no ano seguinte a publicação de seu primeiro romance, Firmina passa a colaborar em jornais locais com textos poéticos divulgando, n' *A Imprensa*, um primeiro poema utilizando as iniciais M. F. R. Em 1861, a autora participa da antologia poética *Parnaso Maranhense*, e o jornal *O Jardim dos Maranhenses* dá início a publicação de seu segundo romance, *Gupeva*, de temática fortemente indianista, dessa vez, veiculado em forma de folhetim, prática recorrente ao período (HALLEWELL, 1985). Tendo em vista a boa aceitação da obra, em 1863, o jornal *Porto Livre* republica o romance *Gupeva*. Em 1865, a autora brinda o seu público leitor, em momentos diversos, com o lançamento de novos poemas e, uma vez mais, o romance *Gupeva* é reimpresso, agora pelo jornal *Eco da Juventude*. Suas publicações chamam a atenção de leitores e repercutem nos meios intelectuais. É de se supor que a autora já era reconhecida, admirada e apreciada por seus escritos e pela ousadia de pensar e realizar coisas, considerando o contexto, não muito comuns a uma mulher de origem afrodescendente vivendo fora dos perímetros da Corte: três publicações de uma mesma obra, além de diversos outros textos, em curto espaço de tempo e em diferentes jornais.

A despeito dos obstáculos impostos, Maria Firmina dos Reis, supera as adversidades e firma-se como formadora de opinião. Rompendo com as barreiras do chauvinismo masculino e manifestando o exemplo de sabedoria e determinação, continua fértil em sua produção literária, trazendo a lume, em 1871, os poemas de *Cantos à beira-mar*. Anos mais tarde, em 1887, num período em que a instituição da escravidão passava de “mal necessário” a “problema que exigia solução” (CHALHOUB, 2012), no auge da campanha abolicionista, Firmina lança n' *A Revista Maranhense*, nº 3, além de novos poemas, o conto *A Escrava*. Vale dizer que o texto é mais um ato intelectual de consciência social contra o estigma dos negros no Brasil, do que um manifesto, propriamente. Para completar sua trajetória, além de ter contribuído de maneira significativa na imprensa maranhense com ficções, crônicas e até enigmas e charadas<sup>2</sup>, atuou como folclorista<sup>3</sup>, na

---

<sup>2</sup> De acordo com Zahidé Muzart (1999, p. 264), “Maria Firmina dos Reis colaborou assiduamente com vários jornais literários, além dos já mencionados, tais como *Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *Federalista* e outros”.

<sup>3</sup> Criada em 1936 por Mário de Andrade, enquanto diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, a *Sociedade de Etnografia e Folclore* foi uma entidade que, de acordo com seus estatutos, tinha por objetivo “promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos”, tendo, como membros-fundadores, pesquisadores das primeiras turmas de cientistas sociais dos cursos universitários paulistas. Em 1938, Mário reuniu uma equipe de entusiastas com o objetivo de catalogar as músicas tradicionais do Norte e

recolha e preservação de textos da literatura oral, e atuou, também, como compositora, sendo responsável pela elaboração, com letra e música, do *Hino da libertação dos escravos*, em 1888 (MORAIS FILHO, 1975; DUARTE, 2004; SANTOS NETO, 2004).

De modo sucinto, essa breve cronografia serve para mostrar que Maria Firmina dos Reis teve participação relevante como cidadã e intelectual “ao longo dos noventa e dois anos de uma vida dedicada a ler, escrever e ensinar” (DUARTE, 2004, p. 264). No Maranhão patriarcal de seu tempo, ainda que tenha sido uma negra livre vivendo numa ordem social, política e econômica escravocrata (FRANCO, 1969), foi considerada um exemplo de erudição. Acontece, contudo, que os anos se passaram e, mesmo tendo ocupado um lugar proeminente no cenário cultural oitocentista, tomando com as mãos a aspiração de, através da literatura, contribuir para a construção de um país sem opressão, Firmina ficou esquecida, muito provavelmente, por conta de um possível silêncio ideológico das elites condutoras da vida brasileira. Faleceu em 11 de novembro de 1917, cega, pobre e sem nenhuma honraria. O resultado disso é que “uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século” (DUARTE, 2004, p. 265).

De maneira um tanto peculiar, tempos depois, os escritos de Maria Firmina vêm à tona outra vez. O romance *Úrsula*, em sua versão original, foi “descoberto” em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida (MUZART, 1999). Tendo percebido a importância histórica e literária da obra, depois de ter preparado, em 1975, uma edição fac-similar do texto, doou seu achado ao Governo do Estado do Maranhão. Desde então, foram publicadas mais duas edições do livro, nos anos 1988 e 2004, respectivamente. No prólogo à sua edição, porém, Almeida salienta a ausência da escritora nos estudos críticos dedicados à literatura maranhense. Possivelmente, por ter sido redescoberta tardiamente, a negra ficou esquecida também entre os cânones da literatura brasileira. Sílvio Romero (1943 [1888]), José Veríssimo (1981 [1916]), Ronald de Carvalho (1920), Nelson Werneck Sodré (1985 [1938]), Afrânio Coutinho (1986 [1959]), Antonio Candido (2000 [1959]) e Alfredo Bosi (1970) ignoram-na completamente. Dentre outros expoentes da historiografia literária nacional, muitos fizeram o mesmo, à exceção de Sacramento Blake<sup>4</sup> (1970 [1883-1902]) e Raimundo de

---

Nordeste brasileiros e instituiu a *Missão de Pesquisas Folclóricas*, que tinha como objetivo declarado, como consta na ata da sua fundação, “conquistar e divulgar a todo país, a cultura brasileira” (CAVALCANTI, 2004). Note-se que, muito antes de Mário de Andrade, Maria Firmina já trazia consigo essa preocupação.

<sup>4</sup> Estimulado por D. Pedro II e Rui Barbosa, Sacramento Blake escreveu seu famoso *Dicionário bibliográfico brasileiro*, contendo, em sete volumes, a biografia de centenas de personalidades da época, e que foi

Menezes<sup>5</sup> (1978 [1969]). E mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores afro-brasileiros, não faz referência alguma a autora.

Os demais documentos de Maria Firmina foram resgatados pelo professor, poeta, jornalista e folclorista maranhense José Nascimento de Moraes Filho, na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, em 1973 (CARVALHO, 2006, p 62-3). É dele, inclusive, a primeira biografia da escritora, *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, publicada em 1975, mesmo ano em que veio a público a edição fac-similar de Horácio de Almeida e o artigo *A primeira romancista do Brasil*, de Josué Montello, também conterrâneo da autora, no *Jornal do Brasil*, e que foi divulgado no ano seguinte, em língua espanhola, na *Revista de Cultura Brasileña*. Somado a isso, o prefácio de Charles Martin (1988) à terceira edição, as reflexões de Luiza Lobo (1993), o estudo assinado por Zahidé Muzart (1999), os apontamentos de Eduardo de Assis Duarte (2004; 2011), o artigo de Constância Lima Duarte (2005), além de alguns verbetes que podem ser consultados em dicionários ou enciclopédias literárias especializadas (BUCK, 1992; SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2000; LOPES, 2007), completam os trabalhos mais relevantes sobre Maria Firmina, evidenciando, dessa maneira, a escassa recepção crítica obtida pela autora.

## 2. Problematização do tema

Para uma pesquisa de caráter interdisciplinar, que dialoga os estudos literários com os estudos de pensamento social brasileiro, a integridade de uma determinada obra literária não pode ficar restrita a concepções que ora a explicam pelos fatores externos, ora se norteiam pela convicção de que sua estrutura é virtualmente independente. Tais formas de abordagem, se encaradas isoladamente, enquanto processos distintos e com finalidades desencontradas, perdem o sentido da crítica. Não se trata, aqui, de privilegiar uma ou outra abordagem, pois “a disjuntiva interno-externo é completo equívoco e não se sustenta”,

---

publicado no Rio de Janeiro, entre os anos de 1883 e 1902, pela Typographia Nacional e, anos mais tarde, pela Imprensa Nacional, tendo sido reimpresso em 1970, também no Rio de Janeiro, pelo Conselho Federal de Cultura. Para a feitura deste projeto, foi utilizada a última edição.

<sup>5</sup> Raimundo de Menezes (1978, p. 570-1), em seu *Dicionário Literário Brasileiro*, afirma que: “A paulista Teresa Margarida da Silva e Orta é considerada a primeira brasileira a escrever romances, mas, segundo os maranhenses, sua obra *Aventuras de Diófanes*, escrita em 1752, foi publicada em Portugal e trata de mitologia grega, um tema que nada tem a ver com o Brasil. Por isso, entendem, não pode ser considerada a primeira. É uma tese que encontra apoio em vários círculos intelectuais de outros Estados”.

como afirma Maria Arminda do Nascimento Arruda (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p. 157). Assim, é possível dizer que tais percepções podem ser operadas de melhor maneira quando se combinam como momentos necessários ao processo interpretativo. Em outras palavras, uma melhor saída para um estudo dessa natureza é quando tanto a primeira quanto à segunda forma estão associadas e quando, em ambos os casos, se leva em consideração a predominância do aspecto sincrônico sobre o diacrônico da obra. Antonio Candido (2010) ensina que o elemento externo de uma determinada obra literária – nesse caso, o social – é um tanto relevante, todavia, não como causa ou consequência, tampouco como significado, mas como componente que desempenha certo papel na constituição da estrutura da obra, tornando-se, logo, interno.

Acontece que, comumente, esse desencontro de abordagem se dá em razão de uma antiga, porém não resolvida, distinção entre duas vertentes disciplinares: a sociologia da literatura e o terreno da crítica literária. Em síntese, pode-se dizer que a sociologia da literatura trata externamente os fatores externos da obra, o que não pressupõe, necessariamente, a questão do valor da obra, interessando-se, portanto, por tudo que é condicionamento. A ela se designa, por exemplo, estudos quantitativos que observam o consumo de literatura mediante o gênero literário; questões de cunho social dos autores, como raça, gênero, classe, condição social; a relação entre a obra e as ideias de seu tempo; como determinada obra impacta na sociabilidade de um determinado grupo; entre outras possibilidades de estudo (BOURDIEU, 1996, 2007a, 2007b). Trata-se, assim, de “uma disciplina de caráter científico, sem a orientação estética necessariamente assumida pela crítica” (CANDIDO, 2010, p. 14). A crítica literária, por sua vez, sugere a análise da intimidade das obras, interessando-se por averiguar quais fatores atuam na organização interna, de modo que se constitua uma estrutura alegórica. Tendo por base também o fator social, o que essa disciplina visa é determinar se ele fornece somente matéria – ambiente, costumes, traços grupais, ideias –, que servem de veículo para conduzir a corrente criadora, ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que existe de essencial na obra literária.

Unindo a sociologia da literatura com as possibilidades da crítica literária, o que se tem, conseqüentemente, são os estudos literários (LIMA, 1966), que se pautam, de forma mais apropriada, pela *análise crítica*. Desse modo, é possível embrenhar-se ainda mais na reflexão, em busca dos elementos responsáveis pela aparência e pelo significado da obra, associados para dar vazão a um “todo indissolúvel”. Tal procedimento visa compreender a

singularidade e a autonomia relativa do texto literário, a partir do conceito de *organicidade da obra* (CANDIDO, 2010). Trata-se de uma solução que enquadra os escritores na perspectiva histórica e sociológica, sem negligenciar a intenção propriamente crítica de julgar as obras e os autores de maneira individualizada (JACKSON, 2009, p. 273). Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, é justamente esta concepção da obra como organismo que admite, em sua análise, considerar e variar o vaivém dos fatores que a condicionam e motivam. Até porque, quando são interpretados como parte constitutiva da estrutura, segundo Candido (2010, p. 25), cada elemento se transforma em componente fundamental do caso em questão, fazendo com que a sua legitimidade não possa ser contestada nem glorificada *a priori*. Para uma abordagem literária que se queira crítica e que dialogue diretamente com as ciências sociais, portanto, é necessário levar em consideração, o fator da própria construção artística, “estudada no nível explicativo e não ilustrativo” (CANDIDO, 2010, p. 17).

Tomando esses registros como ponto de partida, e pensando nos aspectos internos do romance *Úrsula*, pode-se dizer que, em termos de forma, a obra é marcada pela linearidade narrativa, que se dá em terceira pessoa, ainda que se utilize da técnica de encaixes de historietas, em que as personagens, “desprovidas de maior complexidade psicológica” (DUARTE, 2004, 267), aparecem contando as reminiscências de suas vidas. Os temas são os do amor e morte, incesto, castigo e loucura, permeados por “elementos do gótico”, como observa Norma Telles (1997, 2012), o que faz lembrar as antigas histórias de tempos medievais, à moda europeia. As categorias espaço e tempo, por sua vez, não podem ser identificadas com maior precisão, entretanto, percebe-se que o romance é contextualizado em período próximo a publicação do livro, 1859, cerca de trinta anos antes da Lei Áurea, de 1888. O texto, que é organizado em vinte capítulos, pode ser dividido em quatro momentos distintos. Na primeira parte, Túlio, um jovem negro e cativo, presta auxílio a Tancredo, o cavaleiro branco, que, ferido após o tombo de seu animal, é levado até a jovem Úrsula, para que possa receber os cuidados necessários. Comovida com o estado do mancebo, a protagonista vê surgir dentro de si o sentimento do amor. Num segundo momento, já praticamente recuperado, Tancredo descreve, por vezes em delírios, uma vida repleta de desilusões afetivas. Solidarizada com o testemunho, Úrsula troca juras de amor com Tancredo dando início ao relacionamento dos dois. Na terceira parte, aparece com mais intensidade a figura da mãe de Úrsula, Luísa, que narra, também em tom de tragédia, sua vida sofrida feita de poucos recursos. A partir daí a trama se desenvolve,



apresentando os demais conflitos e as desventuras das personagens, descartando, porém, o final feliz.

Mas é na quarta parte, a mais interessante da obra, que se nota a riqueza do romance de cunho abolicionista, através de uma solidariedade particular de Maria Firmina para com os oprimidos, em especial a mulher e o escravo. É nesta altura do texto, repleto de diversos depoimentos narrados pela velha Mãe Susana, que descreve, em detalhes, como era a vida na África entre seus pares, como se deu a captura pelos caçadores de negros e de como sobreviveu à viagem nos porões do navio, que se podem encontrar, logo na sequência, os dramas vividos pelos cativos no Brasil. Como explica Eduardo de Assis Duarte (2004, p. 276), funcionando como uma espécie de *alter ego* da autora, a velha africana se configura como uma voz feminina, que carrega em si mesma uma verdade histórica, impregnada de comentários e intervenções moralizantes, que preparam o espírito do leitor, convidando-o à reflexão. Nesse sentido, o romance *Úrsula* pode ser enquadrado na situação da *arte crítica*, proposta por Miguel Chaia (2007, p. 23), uma vez que faz transparecer os aspectos filosófico, intelectual e analítico da obra, remetendo-se diretamente à pessoa de Maria Firmina dos Reis, desempenhando, inclusive, um papel que a aproxima do estudioso social e, não menos importante, do cidadão combativo.

Perfilhando-se aos escravos e seus descendentes, logo, a maranhense manifesta, pela via da ficção, seu pertencimento a este estrato da cultura. Em uma reflexão inédita na escrita de seu tempo, a autora associa gênero e etnia, evidenciando que a ausência de liberdade do negro emana do mesmo sistema que subordina a mulher (DUARTE, 2005, p. 443). Se comparada aos demais escritores do XIX, portanto, antecipando Castro Alves, que escreveu *Navio negreiro* (1869) e *Os escravos* (1883); Joaquim Manoel de Macedo, de *As vítimas-algozes* (1869); e Bernardo Guimarães, de *A escrava Isaura* (1875), a maranhense, ao estabelecer uma diferença discursiva com relação a estes autores, desconstrói a primazia do abolicionismo branco, masculino e senhorial, reivindicando para si um novo lugar: o da *literatura afro-brasileira* (IANNI, 1988, p.209, DUARTE, 2010, 2011; LOBO, 2007, p. 315)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Em termos conceituais, Octavio Ianni define a literatura afro-brasileira como aquela que aborda não apenas o sujeito afrodescendente, no plano do indivíduo, mas como “universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura”. Luiza Lobo, por sua vez, a entende como a produção literária de afrodescendentes que se assumem ideologicamente enquanto tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio, distinguindo-se, de imediato, da produção literária de autores brancos a respeito do negro, seja enquanto objeto, seja enquanto tema ou personagem estereotipado. Eduardo de Assis Duarte, finalmente, a define como uma escritura que seja não apenas a expressão dos afrodescendentes enquanto agentes de cultura

Sem embargo, considerando o contexto social do período, é preciso lembrar que, no Brasil, a contribuição do gênero feminino no mundo da escrita, sobretudo da escrita pública, era um tanto reduzida. Eram poucas as mulheres que se aventuravam no universo das letras e, quando o faziam, em boa parte das vezes, escreviam sobre temas comezinhos. Aproximar-se de assuntos de maior complexidade, como a escravidão ou a abolição, por exemplo, era atividade reservada exclusivamente aos homens (LEAL, 1987). Mesmo assim, Maria Firmina, por empenho próprio, conseguiu irromper com a cadeia da exclusão feminina e, nesse contexto de segregação em que as mulheres alfabetizadas eram uma minoria, a publicação de seu primeiro romance, por si, já é uma exceção. A singularidade do fato, muito provavelmente, se deu tendo em vista que São Luís, em meados do século XIX, viveu a chamada fase de ouro da economia maranhense, cuja efervescência cultural lhe atribuiu a alcunha de “Atenas brasileira” (MEIRELES, 2001). É nesse período que a literatura floresce com um número significativo de intelectuais e escritores, o que sugere ter havido algum espaço de inserção para as mulheres. Ainda assim, no prefácio de *Úrsula*, a autora se utilizou de uma estratégia muito comum entre as poucas escritoras do período, que era registrar, logo na abertura da obra, um pedido de desculpas:

Mesquinho e humilde livro é esse que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. (...) Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação canhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2004, p.13).

Outro aspecto importante a ser considerado é que sorte dos negros passou a ter maior receptividade de escritores brasileiros somente a partir da segunda metade do XIX, e isto não foi por acaso. Agudas influências das ideias iluministas, que culminaram com a Revolução Francesa, em 1789, e do embrionário romantismo vindo da Europa, alcançariam a nossa intelectualidade (ALONSO, 2002). Além destas, um “bando de ideias novas”<sup>7</sup>, como argumentou Silvio Romero (1926, p. 23-4), oriundas das novas escolas europeias de

---

e de arte, mas que aponte o etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da própria civilização. Em conjunto, todas essas definições servirão como norte para e elaboração da pesquisa.

<sup>7</sup> Entre elas destacam-se: o positivismo, o evolucionismo, o republicanismo, a crítica religiosa anticlericalista, as transformações no âmbito jurídico e da política, o realismo e o naturalismo.

pensamento, às voltas com autores como Spencer, Comte e Darwin, impactaram significativamente na mentalidade da época, abrindo espaço para uma doutrina que, se não era inexistente anteriormente no Brasil, pelo menos nesse momento mostraria definitivamente sua força: o abolicionismo. Foi este novo discurso, portanto, que contribuiu para que os negros obtivessem maior relevância nas matérias jornalísticas, nas conferências jurídicas, nas crônicas, na poesia e na prosa de ficção (CARVALHO, 2006, p. 54), muito embora, esse fenômeno não tenha significado o fim dos preconceitos, nem a ascensão da figura do negro à igualdade com a do branco, uma vez que a hierarquia social continuou existindo, tendo, inclusive, amplo apoio das ciências, sobretudo da biologia.

Finalmente, dentro desse quadro referencial, resta anunciar, de modo mais específico, que determinadas classificações como gênero, raça, etnia, identidade e condição social, se tornam fundamentais para o acompanhamento de todo um percurso de mudanças históricas. Ter em mente essas dimensões talvez auxilie a compreender com maior propriedade alguns dos sentidos e significados relativos ao pensamento de Maria Firmina e que estão presentes em sua obra, e como estes influíram no contexto social e político daquele Brasil oitocentista. Todavia, esses elementos, quando analisados sob um mesmo prisma, não devem ser encarados como um conjunto de “sujeições combinadas” (STOLCKE, 1991). A melhor saída, portanto, pode ser trabalhar com o conceito de “interseccionalidade”<sup>8</sup>, uma vez que, com ele, se torna possível explicar como normas, valores, ideologias e discursos, assim como estruturas sociais e identidades, influenciam-se reciprocamente (MATTOS, 2011).

### **3. Justificativa**

As investigações que tematizam os estudos sobre a literatura escrita por mulheres no Brasil, em geral, dirigem-se a questões relativas a cânone, teoria e gênero literários, literatura comparada, críticas de cunho feminista ou, simplesmente, reunir material para catalogação. Um aspecto, porém, tem sido pouco explorado neste universo: as

---

<sup>8</sup> De acordo com Patrícia Mattos (2011), o conceito de interseccionalidade (*Intersektionalität*) foi cunhado pelas autoras alemãs Nina Degele e Gabriele Winker no início dos anos 2000. Os possíveis ganhos teóricos e metodológicos que essa abordagem pode proporcionar é que ela permite articular a relação entre agência e estrutura, contemplando, de maneira adequada, também o nível das estruturas sociais, das representações simbólicas e da identidade, para compreender a dinâmica da dominação social e das categorias de diferenciação que naturalizam, produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

contribuições de mulheres negras e escritoras no campo de estudos sobre pensamento social brasileiro. Quando se trata de analisar essa temática no século XIX, particularmente, o volume de trabalhos é ainda mais escasso. Mesmo na seara da Sociologia da Cultura, cujas pesquisas consideram diversas abordagens teóricas e metodológicas, incluindo o estudo sociológico de questões ligadas às várias linguagens artísticas, como a literatura, pesquisas dessa monta são ainda pouco numerosas. Desse modo, portanto, uma proposta de investigação que leva em consideração o tratamento da obra de uma intelectual que, em alguma medida, marcou a vida cultural brasileira oitocentista, examinando-a de forma rigorosa, em diálogo com sua trajetória individual e com a perspectiva de sua geração, se justifica por uma série de motivos.

Em primeiro lugar, é importante para dar prosseguimento ao campo de estudos em literatura e sociedade, mais especificamente sob a modalidade interdisciplinar que conjuga os estudos literários aos estudos de pensamento social brasileiro, enquanto via de acesso que possibilita melhor compreensão dos aspectos sociais intrínsecos ao processo artístico, e que se reflete, sobretudo, na relação autor, público e obra, sugerida por Antonio Candido (2010, p. 83-98). Vale dizer, também, seguindo o raciocínio de Lilia Schwarcz e André Botelho (2009, p. 13), que essa relação se transforma em procedimento de pesquisa necessário, “para evitar os males do anacronismo, esse problema incontornável, mas que aflige todo aquele que quer se debruçar sobre o passado, com lentes mais adaptadas”. Nessa perspectiva, por conseguinte, Maria Firmina e seus escritos passam a ser encarados, não apenas como *indivíduo* e *artefato* capazes de exprimir sua originalidade, mas como *sujeitos* que exercem a ação, desempenhando um papel social, ocupando uma posição de autonomia relativa no meio em que estiveram inseridos e correspondendo a certas expectativas de seu público leitor, afastando-se, assim, de uma equivocada posição de neutralidade. Ao mesmo tempo, esse tipo de abordagem contribui para que o pesquisador se esquive de “perspectivas muito formalistas, isto é, que tomam os autores e as suas ideias como realidades autoevidentes”, como alerta Maria Arminda do Nascimento Arruda (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p. 157). Num segundo momento, sucessivamente, pensando para além dos determinismos ou mesmo das classificações cronológicas, muito presentes nas definições das escolas e tradições literárias e que, em regra, pouco explicam sobre os elementos inerentes à obra, um estudo dessa ordem pode sugerir novas vias de interpretação e de acesso ao texto, num viés mais sociológico, propriamente, do que

estético, estratégia esta considerada essencial para melhor compreensão das questões que serão abordadas durante a execução da pesquisa.

#### **4. Objetivos da pesquisa**

Como foi possível observar, as condições com as quais Maria Firmina dos Reis se deparava eram adversas ao contexto social e político de seu tempo: era ela mulher, negra, filha bastarda, nascida na periferia do Brasil, enfim, detentora de uma vida atribulada, embora tenha obtido feitos e conquistas. Baseado nisso e na discussão apresentada, este projeto de pesquisa tem como objetivo central desenvolver um estudo acerca das contribuições desta escritora maranhense ao pensamento social brasileiro oitocentista, a partir de uma análise interna do romance *Úrsula*, mas levando em consideração, também, o conjunto de sua obra. Importa, aqui, recuperar a experiência da autora, buscando alcançar criticamente os sentidos que deu à sua vida e à causa abolicionista em vigência naqueles tempos. A ideia, portanto, é delimitar o âmbito das aproximações entre literatura e sociedade, buscando tecer a apreciação dos conceitos e das classificações presentes no texto, tais como gênero, raça, etnia, identidade e condição social, tomadas como elementos fundamentais para o acompanhamento de todo um percurso de mudanças históricas. Com isso, a literatura assume importância como um objeto privilegiado de problematização, capaz de atravessar o tempo e oferecer ao pesquisador pistas significativas do cotidiano vivido da autora, que sintetizam questões sociais e individuais, e que insinuam, sobremaneira, as formas como aqueles sujeitos viviam em conjunto, e também a maneira como experienciavam o mundo, o que possibilita, até mesmo, um deslocamento à atual realidade brasileira.

#### **5. Metodologia e procedimentos da pesquisa**

Para que se alcancem os objetivos pretendidos, alguns caminhos podem ser mais produtivos. O primeiro deles está na tentativa de aprofundar a análise do romance *Úrsula*, por meio de uma leitura sincrônica e de imersão, ou seja, uma leitura que permita Maria Firmina dos Reis falar por meio de sua narrativa. Tal procedimento se consiste em ler cuidadosamente a obra, tentando reconstruir, empiricamente, as relações entre os demais documentos e autores trabalhados, a cronologia apropriada dos eventos referidos – o que

não significa obedecer a uma linearidade histórica, propriamente – e a relação entre os conteúdos e a forma do texto, de maneira a vislumbrar modos de conceber, vivenciar, reproduzir e subverter categorias sociais compartilhadas e apropriadas pelos sujeitos históricos. Esse, portanto, é o fio condutor que permeará toda a pesquisa, fazendo com que o romance *Úrsula* esteja sempre corrente e fazendo com que ele adquira a condição de sujeito relativo.

Distante em um primeiro momento da realidade e da forma, será possível trabalhar com o dispositivo literário da autora, que aparece embebido na conjuntura da sociedade brasileira do II Reinado. Assim, o que se pretende é retirar das aberturas presentes no romance determinadas alegorias em que as realidades, tanto de *Úrsula* quanto do Brasil dos oitocentos, se fundem, tornando-se apenas uma. Essa possibilidade sugerida por Antonio Candido (2010), destarte, dialoga com os tipos puros de dominação estabelecidos por Max Weber (1991), o que permite cindi-los aos *tipos ideais* que podem ser encontrados na obra e que servem de apoio ao estudo da realidade social do período. Evidentemente, não se trata de esgotar todas as possibilidades de compreensão e de interpretação da realidade empírica do texto, mas apenas de criar, com isso, um instrumento teórico analítico. Neste sentido, para empreender uma análise interna da obra, para compreender a obra em si mesma, bem como sua estrutura, para depois emergi-la à ambiência do período, perseguindo uma caracterização do pensamento político e da profundidade da crítica social de Maria Firmina dos Reis, é possível encontrar os marcadores do texto – tais como as noções de abolicionismo ou mesmo a proposição de uma identidade cultural nem branca e nem negra, mas afro-brasileira –, que, nessa proposição metodológica, permitem reforçar certas impressões da escritora. Em seguida, a partir do que é “ficcional” e intrínseco ao romance, será preciso externalizar a discussão, vendo os rompimentos com o real e, aí sim, partir para a sociologia própria do texto.

Desse modo, em suma, a economia da crítica se utilizará dos seguintes procedimentos: separar trechos substanciais e analisar, em profundidade, a partir da obra e somente pela obra, os fragmentos selecionados, para depois fazer emergir o conteúdo sociológico do texto, sintetizando a discussão com a pesquisa bibliográfica durante todo o estudo. Com relação a este quesito, particularmente, será necessário realizar uma revisão sobre os apontamentos, críticas e análises referentes à bibliografia que aborda a vida e obra de Maria Firmina dos Reis, bem como a conjuntura social dos oitocentos. Assim, será indispensável visitar as principais bibliotecas paulistas de ciências sociais: USP, Unicamp,

Unesp, PUC-SP e FESPSP, os sítios eletrônicos que contenham pesquisas acadêmicas especializadas no assunto, além da busca por informações em arquivos públicos e o resgate de jornais e revistas maranhenses dos anos de 1860 a 1917, tais como o *Jornal do Comércio*, *A Moderação*, *A Verdadeira Marmota*, *Jardim dos Maranhenses*, *A Imprensa*, *Eco da Juventude*, *Publicador Maranhense*, *Porto Livre*, *O Domingo*, *O País*, *A Revista Maranhense*, *Diário do Maranhão*, *A Pacotilha*, *Federalista*, entre outros, que podem ser facilmente consultados tanto no acervo físico quanto no digital da Biblioteca Estadual do Maranhão Benedito Leite, na tentativa de localizar novos materiais que ajudem a elucidar o objeto e o problema proposto para estudo. Ao mesmo tempo, serão realizadas as análises semântica e etimológica dos termos recorrentes na obra de Maria Firmina dos Reis, para se pensar, com mais propriedade, as categorias sociológicas, tomadas enquanto fenômeno social.

## 6. Cronograma de atividades

Para a execução deste projeto, todos os procedimentos acima descritos deverão ser realizados conforme o cronograma abaixo, atentando-se sempre ao fato de que o prazo máximo estipulado para a realização da pesquisa é de vinte e quatro meses:

Atividade / mês	mar/jun 2014	jul/dez 2014	jan/jun 2015	jul/dez 2015
1. Cumprimento de créditos				
2. Revisão do projeto de pesquisa				
3. Leitura e revisão bibliográfica				
4. Redação da qualificação				
5. Exame de qualificação				
6. Redação da dissertação				
7. Revisão e conclusão da dissertação				
8. Defesa da dissertação				

## 7. Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1970.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. Condição de classe e posição de classe. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007a, p. 3-25.
- \_\_\_\_\_. O mercado dos bens simbólicos. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007b, p. 99-181.
- BUCK, Claire. *The Bloomsbury Guide to Women's Literature*. New York: Prentice Hall, 1992.
- CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- \_\_\_\_\_. O escritor e o público. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 83-98.
- CARVALHO, Claunísio Amorim. Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. In: *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, v.4, n.2, dezembro 2006, p. 53-69.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1920.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 19, n. 54, 2004, p. 57-79.



- CHAIA, Miguel. Arte e política: situações. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Arte e Política*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007, p. 13-39.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: Úrsula. In: *Revista de Estudos Feministas*, v.13, n.2, maio-ago, 2005, p. 443-444.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula (romance); A Escrava (conto)*. Florianópolis: Ed. Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2004, p. 263-279.
- \_\_\_\_\_. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, n. 23, jul/dez, 2010, p. 113-138.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica (vol 1: Precursores)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- IANNI, Octavio. Literatura e consciência. In: *Estudos Afro-asiáticos: publicação do CEEA da Universidade Candido Mendes*, Rio de Janeiro, nº 15, jun. 1988, p. 208-217.
- JACKSON, Luiz Carlos. Antonio Candido: crítica e sociologia da literatura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 268-281.
- LEAL, Antônio Henriques. *Phantheon maranhense*. 2ª ed. São Luís: Alhambra, 1987.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1966.
- LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- LOPES, Nei. *Dicionário literário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

- MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença/Brasília: INL, 1988.
- MATTOS, Patrícia. *O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil*. Trabalho publicado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia: Curitiba, Paraná, 2011.
- MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 3ª ed. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- MONTELLO, Josué. A primeira romancista brasileira, *Jornal do Brasil*, 11 nov. 1975. Republicado em Madrid, Espanha, com o título La primera novelista brasileña, *Revista Cultura Brasileña*, número 41, junio 1976.
- MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Cantos à beira-mar*. (1871). Edição fac-similar. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Úrsula*. 3ª ed. Organização, atualização e notas de Luíza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Presença/Brasília: INL, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Úrsula (romance); A Escrava (conto)*. Florianópolis: Ed. Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.
- ROMERO, Silvio. Explicações indispensáveis. Prefácio a Tobias Barreto. In: *Vários escritos*. Aracajú: Editora do Estado de Sergipe, 1926.
- \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1943.
- SANTOS NETO, Manoel. *O negro no Maranhão*. São Luís: Clara Editora, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico (ed.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Esse enigma chamado Brasil: apresentação. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 10-17.

\_\_\_\_\_. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, 2011, p.139-159.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? In: *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 20, 1991, p. 101-19.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1981.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Brasília: EdUnb, 1991.